

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.744 - MG (2019/0271108-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : JOSE ROBERTO SOARES
ADVOGADO : SÍLVIO NADUR MOTTA - MG045460
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JOSE ROBERTO SOARES contra acórdão proferido pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.062723-2/000.

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado como incurso no artigo 299 do Código Penal.

Buscando o trancamento do processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta o advogado subscritor das razões recursais que o Ministério Público não requereu a produção de provas ao oferecer a exordial, o que ensejaria a nulidade da peça acusatória.

Aduz que o rol de testemunhas deveria ser indicado na denúncia, assim como o pedido de perícia e outras diligências deveriam ser nela formulados, sob pena de preclusão, o que revelaria a ausência de justa causa para a persecução criminal.

Argumenta que tais questões, embora suscitadas pela defesa, não teriam sido apreciadas pelo magistrado singular, o que ensejaria a nulidade das decisões de recebimento da denúncia e que apreciou a resposta à acusação.

Alega que o réu não poderia ser responsabilizado objetivamente por fatos praticados pela empresa WR Educacional Ltda ME.

Requer o provimento da insurgência para que seja reconhecida a inépcia da vestibular.

O Ministério Público Federal, às fls. 968/964, manifestou-se pelo parcial conhecimento do reclamo, e, nessa extensão, pelo seu desprovimento.

É o relatório.

Consta da denúncia que o recorrente, na qualidade de coordenador pedagógico da empresa WR Educacional Ltda. - ME, inseriu declarações falsas em documentos particulares, quais sejam, certificados de conclusão de curso (e-STJ fl. 2).

Foi requisitada a instauração de Inquérito Policial para a apuração da prática do crime de falso pela entidade do réu, uma vez que foram deflagrados diversos processos administrativos em desfavor de servidores da Prefeitura Municipal de Cabreúva/SP, por terem apresentado certificados ideologicamente falsos para a obtenção de ascensão (e-STJ fl. 2).

Conforme apurado, na fase de entrega de documentos para Classificação Geral dos Professores para Processo de Remoção e Atribuição de Classes, vários servidores utilizaram certificados emitidos pela entidade do acusado, o que, associado ao recebimento de denúncias e a constatação do elevado número de horas apontadas na carga horária, causou estranheza nos membros da comissão avaliadora, que decidiu realizar uma investigação mais profunda (e-STJ fl. 3).

Nestas investigações constatou-se que, logo depois de efetuado o cadastro no site da entidade do recorrente, já aparecem as instruções para o recebimento do

certificado, e, ao clicar em solicitar o certificado, abre-se uma aba na qual o discente preenche a carga horária desejada, bem como o período de realização do curso, podendo, inclusive, inserir uma data retroativa de até um ano atrás (e-STJ fl. 3).

A seguir, é feita a escolha do método de pagamento, que pode ser por boleto ou no cartão, que, após efetivado, enseja o envio automático do certificado por e-mail, sem a necessidade de qualquer estudo por parte do contratante (e-STJ fl. 3).

Existe, também, a possibilidade de fazer uma avaliação para constar a nota no verso do certificado, sendo que as respostas podem ser obtidas rapidamente, uma vez que o conteúdo se encontra on-line, sendo certo que o teste pode ser repetido quantas vezes o aluno quiser, por meio do pagamento de uma pequena taxa (e-STJ fl. 3).

A própria instituição ressalta, em sua página eletrônica, que *"não fornece nenhum tipo de ensino e não desenvolve nenhum material de estudo"*, destacando que *"todo o conteúdo didático disponível em nosso site encontra-se livremente na internet"*, sendo que apenas disponibiliza *"os conteúdos de maneira organizada para facilitar o acesso ao conteúdo"* (e-STJ fl. 3).

Consta do inquérito policial um print do site da entidade do acusado, no qual resta clara a facilidade da obtenção dos certificados de conclusão de curso, sem a necessidade de cumprir efetivamente a carga horária mencionada, sendo que na solicitação de certificados está explicitado que *"o aluno poderá informar a carga horária que necessita de 8 até 300 horas no valor de R\$68,90"*, e que *"o certificado entregue por e-mail no mínimo em 10 minutos (se o pagamento for aprovado no cartão de crédito) e enviado pelos correios em 15 dias úteis"* (e-STJ fl. 3).

Em outro print constata-se que o discente pode escolher livremente o curso desejado, a carga horária que necessita, num limite máximo de 300 horas, bem como a data de início e término do curso, para constar no certificado, demonstrando a facilidade na obtenção destes, tal como as irregularidades apontadas (e-STJ fl. 3).

Em questão de minutos, os discentes podem obter certificados de conclusão de curso, com extensa carga horária, podendo, inclusive, incluir data retroativa, sem, contudo, tê-la cumprido efetivamente, tampouco estudado qualquer material didático (e-STJ fl. 4).

Outro ponto indicativo das irregularidades dos certificados emitidos pela entidade do denunciado diz respeito à extensa carga horária neles constante, realizada em um curto espaço de tempo, sendo possível, por exemplo, perfazer 300 horas num prazo de 30 dias, algo pouco provável de ser feito, mormente levando em consideração que as servidoras do caso em estudo são professoras municipais, que, além de trabalhar, teriam que se dedicar aos estudos em média 10 (dez) horas por dia, todos os dias da semana, fato este que não corresponde a nenhum critério de razoabilidade (e-STJ fl. 4).

O órgão ministerial assentou que, para realização dos cursos livres disponibilizados pela instituição do acusado, bastava o aluno se matricular no site da empresa educacional, de maneira gratuita, sendo-lhe facultado solicitar a emissão de certificado mediante o pagamento de determinada taxa e aprovação em avaliação final (e-STJ fl. 4).

Apurou-se, ainda, que a instituição do réu, além de fazer constar no documento particular que o aluno havia cumprido integralmente a carga horária relativa ao curso escolhido, em que pese tal informação ser inverídica, também emitia o certificado com data de estudo retroativa (e-STJ fl. 4).

O Ministério Público concluiu, então, que são ideologicamente falsos os certificados emitidos pela instituição mencionada, porquanto, mesmo sem o efetivo

cumprimento da carga horária, o aluno obtém sua certificação apenas realizando o pagamento de taxa e obtendo aprovação em uma avaliação, sendo que é o próprio discente quem informa a carga horária do curso que desejar, conforme sua necessidade, sem qualquer controle por parte do estabelecimento de ensino (e-STJ fl. 4).

Ressaltou que os alunos podem utilizar os certificados ideologicamente falsos para a progressão em carreiras públicas, bem como para obterem pontuação em provas de títulos de concursos públicos ou processos seletivos simplificados de diversos órgãos nos âmbitos federal, estadual e municipal, além de outras finalidades, como, por exemplo, horas extracurriculares em instituições de ensino, ascensão de cargo ou carreira, dentre outros (e-STJ fl. 4).

Frisou que já existem diversas denúncias relativas a emissão de certificados de conclusão ideologicamente falsos pela entidade do acusado, advindas do Estado do Espírito Santo e do Mato Grosso (e-STJ fl. 4).

Feito este breve resumo acerca dos fatos imputados ao recorrente, é necessário ressaltar que o devido processo legal constitucionalmente garantido deve ser iniciado com a formulação de uma acusação que permita ao acusado o exercício do seu direito de defesa, para que eventual cerceamento não macule a prestação jurisdicional reclamada.

É dever do órgão acusatório, portanto, narrar de forma satisfatória a conduta delituosa atribuída ao agente, descrevendo todas as suas circunstâncias, conforme a norma disposta no artigo 41 do Código de Processo Penal, para que seja viável o contraditório a ser instituído em juízo.

A doutrina e jurisprudência alinham-se ao apontar os requisitos mínimos de uma peça acusatória, podendo-se citar, por todos, as lições de Ada Pellegrini Grinover, Antonio Scarance Fernandes e Antonio Magalhães Gomes Filho:

"A instauração válida do processo pressupõe o oferecimento de denúncia ou queixa com exposição clara e precisa de um fato criminoso, com todas as suas circunstâncias (art. 41 do CPP), isto é, 'não só a ação transitiva, como a pessoa que a praticou (quis), os meios que empregou (quibus auxiliis), o malefício que produziu (quid), os motivos que a determinaram a isso (cur), a maneira por que a praticou (quomodo), o lugar onde a praticou (ubi), o tempo (quando)' (João Mendes Jr.). (As nulidades no processo penal. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 90-91.)

Na espécie, verifica-se que o recorrente não foi objetivamente responsabilizado pelos fatos em tela, tendo sido acusado da prática do crime de falsidade ideológica porque, na qualidade de coordenador pedagógico da empresa WR Educacional Ltda. - ME, inseriu declarações falsas em certificados de conclusão de curso.

Quanto ao ponto, é imperioso destacar que a simples ausência de indicação do rol de testemunhas não enseja a inépcia da exordial, uma vez que, nos termos do aludido dispositivo legal, a mencionada listagem será apresentada "*quando necessário*", o que revela que a sua falta não implica a rejeição da peça acusatória, tampouco a ausência de justa causa para a persecução criminal, já que o Ministério

Público poderá se valer de outros elementos para comprovar a autoria e materialidade dos fatos imputados.

Sobre o assunto, Guilherme de Souza Nucci, leciona que o rol de testemunhas é facultativo, vale dizer, *"a obrigatoriedade, que vincula o órgão acusatório, é o oferecimento do rol na denúncia, razão pela qual, não o fazendo, preclui a oportunidade de requerer a produção de prova testemunhal."* (7ª edição, Editora Revista dos Tribunais, pp.153).

No mesmo sentido são os precedentes deste Sodalício, a exemplo do seguinte julgado:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA A HONRA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. ART. 41 DO CPP. (...) CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - O trancamento da ação penal constitui medida de exceção, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, inépcia da inicial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria.

II - Nos termos do art. 41 do CPP, a denúncia conterá a "exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas".

III - No caso, a exordial acusatória descreveu os fatos criminosos, em tese, praticados, individualizando as condutas de forma até mesmo exaustiva para a complexidade da causa, assim, compatível com a fase processual, além de adequada a garantir o exercício da ampla defesa e do contraditório.

IV - Segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a prova da materialidade e a presença de indícios mínimos de autoria. Prevalece, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do in dubio pro societate.

V - No presente caso, é possível verificar a presença dos indícios mínimos necessários para a persecução penal, sendo certo que o acolhimento da tese defensiva demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento, a toda evidência, incompatível com a via do habeas corpus e do seu recurso ordinário. Precedentes.

VI - No tocante aos aclaratórios da origem, a fundamentação apresentada pelo eg. Tribunal está em conformidade com a jurisprudência deste eg. Tribunal Superior: "Ausente contradição, obscuridade, omissão ou ambiguidade, são rejeitados os embargos declaratórios, que não servem à rediscussão do julgado" (EDcl no HC n. 423.595/PE, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 19/10/2018).

Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(RHC 120.607/MG, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE),

QUINTA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 17/12/2019)

Com igual orientação:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME TRIBUTÁRIO. ART. 1º, II, DA LEI 8.137/90. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PREJUÍZO AO EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO CONSTATADA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. A denúncia, à luz do disposto no art. 41 do Código de Processo Penal, deve conter a descrição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a definição da conduta do autor, sua qualificação ou esclarecimentos capazes de identificá-lo, bem como, quando necessário, o rol de testemunhas.

2. A inicial acusatória enquadrou os fatos no art. 1º, II, da Lei 8.137/90 c/c o 71 do CP, indicando a materialidade do delito, após regular procedimento fiscal, com apuração dos respectivos débitos fiscais suprimidos e inscrição na dívida ativa estadual.

3. Tem esta Turma entendido que, não sendo o caso de grande pessoa jurídica, onde variados agentes poderiam praticar a conduta criminosa em favor da empresa, mas sim de pessoa jurídica de pequeno porte, em que as decisões são unificadas no gestor e vem o crime da pessoa jurídica em seu favor, pode então admitir-se o nexo causal entre o resultado da conduta constatado pela atividade da empresa e a responsabilidade pessoal, por culpa subjetiva, de seu gestor.

4. Extraí-se da inicial acusatória, a indicação de que durante o período em que as infrações foram perpetradas, a recorrente, juntamente com o corréu, e conforme o processo administrativo tributário, exercia a função de titular/sócia da empresa, beneficiada pela supressão dos tributos, através da omissão de entrada, de maneira que se trata de empresa de pequeno porte, nas quais as ações da empresa são compartilhadas entre os poucos sócios, o que permite admitir a imputação de responsabilidade direta de seus sócios/administradores.

5. Atende aos requisitos do art. 41 do CPP a peça acusatória, inexistindo prejuízo ao exercício da ampla defesa e ao contraditório.

6. Recurso em habeas corpus improvido.

(RHC 118.497/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 09/12/2019)

Vê-se, assim, que a narrativa exposta é apta ao exercício do direito de defesa constitucionalmente garantido ao acusado, razão pela qual não há que se falar em inépcia da exordial acusatória, já que atendidos todos os requisitos elencados no artigo 41 do Código de Processo Penal.

Melhor sorte não socorre a defesa no tocante à aventada ausência de comprovação da materialidade delitiva, uma vez que é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessária a realização de perícia para a comprovação da falsidade ideológica, uma vez que nela, diferentemente do que ocorre com a falsidade documental, a alteração é no conteúdo, e não na forma.

A propósito:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DISPENSÁVEL A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA PARA A COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DOS CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ICMS. IMPOSSIBILIDADE. TRIBUTO DE COMPETÊNCIA ESTADUAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E N. 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

I - O acórdão impugnado não dissentiu da jurisprudência desta Corte, no sentido de que, sendo a acusação de falsidade ideológica, é desnecessária a realização de perícia, uma vez que, diferentemente do que ocorre com a falsidade documental, a alteração é no conteúdo (e não na forma) do documento

(...)

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1669729/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018)

No mesmo vértice:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL. INCLUSÃO EM PAUTA. SUSTENTAÇÃO ORAL. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES. (...) AUSÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE DO DELITO. SÚMULA 7/STJ. (...) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

5. O acórdão impugnado não dissentiu da jurisprudência desta Corte, no sentido de que, sendo a acusação de falsidade ideológica, é desnecessária a realização de perícia, uma vez que, diferentemente do que ocorre com a falsidade documental, a alteração é no conteúdo (e não na forma) do documento (cf: AgRg no REsp. 1.304.046/RS, Rel.

Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, j. em 2/2/2016, DJe 15/2/2016).

(...)

12. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1131067/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

Ademais, sedimentou-se na doutrina e jurisprudência pátria o entendimento de que para se acolher o pleito de trancamento da ação penal na via do *habeas corpus* é necessário que exsurja, à primeira vista, sem exigência de dilação de provas, a ausência de justa causa para a sua deflagração e/ou continuidade.

Por oportuno, conveniente registrar que toda denúncia é uma proposta de demonstração da ocorrência de fatos típicos e antijurídicos atribuídos a determinado acusado, sujeita, evidentemente, à comprovação e contrariedade, a qual somente deve ser repelida quando não houver prova da existência de crime ou de indícios de sua

participação no evento criminoso noticiado, ou, ainda, quando se estiver diante de flagrante causa de exclusão da ilicitude ou da tipicidade, ou se encontrar extinta a punibilidade.

E como o remédio constitucional não é o instrumento adequado à discussão aprofundada a respeito de provas e fatos, não há como se valorar os elementos de convicção até então colacionados, como pretende agora a defesa, para perquirir se haveria ou não provas suficientes em desfavor do recorrente.

Com efeito, para debate dessa natureza reserva-se ao réu o processo criminal, ocasião em que as partes podem produzir aquelas provas que melhor entenderem alicerçar seus respectivos interesses, além daquela que pode ser feita pelo Juiz da causa, e não nesta oportunidade e instância, no âmbito estreito do *writ*.

Portanto, qualquer conclusão diversa, na via eleita, consoante vem decidindo esta colenda Turma, inevitavelmente levaria à vedada análise de provas em sede de *habeas corpus*.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. EXISTÊNCIA DE ELEMENTO MÍNIMOS. AUTORIA E MATERIALIDADE. EXAME INVIÁVEL NA VIA ELEITA. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO DESPROVIDO. I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - O trancamento da ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade ou a ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria, o que não ocorre na espécie.

III - Segundo jurisprudência sedimentada nesta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de indícios mínimos e suficientes de autoria. A certeza será comprovada ou afastada durante a instrução probatória, prevalecendo, na fase de oferecimento da denúncia o princípio do in dubio pro societate.

IV - O acolhimento da tese defensiva - ausência de indícios mínimos de autoria e prova da materialidade - demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento a toda evidência incompatível com a via do habeas corpus e do respectivo recurso ordinário.

V - Na hipótese, não se vislumbra a alegada inépcia da denúncia, porquanto a exordial acusatória preenche os requisitos exigidos pelo art. 41 do CPP, permitindo a compreensão dos fatos e possibilitando o amplo exercício do direito de defesa.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 112.702/TO, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 16/10/2019)

Assim, estando a decisão impugnada em total consonância com o entendimento jurisprudencial firmado por este Sodalício, não há que se falar em trancamento da ação penal, pois, de uma superficial análise dos elementos probatórios contidos no presente inconformismo, não se vislumbra estarem presentes quaisquer das hipóteses que autorizam a medida excepcional por esta via, já que tal conclusão dependeria, repita-se, de profundo estudo das provas, as quais deverão ser oportunamente valoradas pelo juízo competente.

Finalmente, verifica-se que a alegada nulidade das decisões de recebimento da denúncia e que analisou a resposta à acusação apresentada pelo réu não foram alvo de deliberação pela Corte de origem no acórdão impugnado, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

Nessa linha:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO PÃO NOSSO. TESE DE EXISTÊNCIA DE EVIDÊNCIAS FALSAS. PEDIDO DE NULIDADE DE CINCO DECISÕES JUDICIAIS E DE EXCLUSÃO DE PROVAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DE FATOS NA AÇÃO MANDAMENTAL.

1. Matéria não apreciada pelo Juiz e pelo Tribunal de segundo grau não pode ser analisada diretamente nesta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

(...)

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 525.332/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)

No mesmo sentido:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. EXISTÊNCIA DE MATÉRIAS NÃO VENTILADAS NA APELAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. LIMITAÇÃO DA ANÁLISE. (...) HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Questão não debatidas pelas instâncias ordinárias não serão alvo de apreciação por esta Corte Superior, pois é "inviável a análise, diretamente por este Superior Tribunal, de matérias não analisadas pela Corte de origem, sob pena de, assim o fazendo, incidir na indevida supressão de instância. 7. Habeas corpus não conhecido." (HC 279.802/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/4/2014, DJe 5/5/2014.).

(...)

6. Habeas corpus não conhecido.

(HC 443.245/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “b”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **conhece-se parcialmente** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*, e, nessa extensão, **nega-se-lhe provimento**.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator